



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Crise, trabalho e tendências contemporâneas das políticas sociais no capitalismo

ESTADO, DESIGUALDADES SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À POBREZA: algumas anotações

MARIA NORMA ALCÂNTARA BRANDÃO DE HOLANDA ¹

RESUMO

O artigo que segue trata sobre o papel do Estado no enfrentamento à pobreza originada pelo capital em seu processo de produção de riqueza e reprodução das desigualdades sociais em todo o planeta, em especial, nos países da periferia do capitalismo. Expõe sobre o sistema de causalidades capaz de explicar as razões pelas quais um mundo pleno de abundância em sua capacidade produtiva requer a intervenção estatal na pobreza mediante políticas sociais. Traz alguns elementos sobre a realidade brasileira e as ações estatais para minimizar as condições de pobreza de amplas camadas populacionais.

Palavras-chave: Estado; Desigualdades Sociais; Pobreza; Políticas Sociais.

ABSTRACT

The following article addresses the role of the State in its confrontation against the poverty caused by capital in the process of producing wealth and reproducing social inequalities across the planet, especially in countries on the outskirts of capitalism. It exposes the system of causalities capable of explaining the reasons why a world full of abundance in its productive capacity requires State intervention in poverty through social policies. It also provides some elements about the Brazilian reality and the State's practices to minimize the

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De Alagoas

conditions of poverty among large sections of the population.

Keywords: State; Social Inequalities; Poverty; Social Policies.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o sistema de causalidades entre o Estado e seu enfrentamento às desigualdades sociais mediante um conjunto de políticas sociais destinadas às populações vulnerabilizadas pela condição de pobreza a que estão submetidas. Trata-se de um tema sempre recorrente no âmbito do Serviço Social e de áreas afins, com pesquisas e resultados diversos direcionadas a conhecer os inúmeros aspectos dessa problemática e o papel do Estado para minimizar as consequências advindas do processo de exploração dos trabalhadores no cotidiano da vida social.

A metodologia adotada pauta-se pela pesquisa bibliográfica, tendo em vista a natureza teórica dessa reflexão, que adotará como procedimento de pesquisa a leitura imanente, com vistas a um conhecimento de autores que se ocupam do tema em questão. A expectativa é que os textos estudados possibilitem desvendar os nexos causais entre Estado, desigualdades sociais e políticas públicas de combate à pobreza no Brasil, no contexto da totalidade da vida social brasileira em tempos recentes.

A relevância do tema evidencia-se ante o avanço das desigualdades sociais e da pobreza no mundo, particularmente em países periféricos, mas atingindo hoje até mesmo os países centrais do mundo capitalista. De modo que a importância do seu estudo emerge da realidade social, com vistas a entender os motivos pelos quais um mundo pleno de abundância em sua capacidade produtiva requer a intervenção estatal na pobreza mediante políticas sociais. Compreender essas questões requer relacioná-las a um entendimento

mais amplo, pautado pelos fundamentos ontológicos e históricos capazes de explicar as raízes materiais da problemática da pobreza vivenciada por boa parte da humanidade que convive com sua antítese: uma riqueza exponencial centrada nas mãos de poucos. Para que essa antítese se realize e se reproduza incessantemente, é necessária uma crescente extração do trabalho excedente, não importando sua regulação: se por via política, se por via econômica ou pela combinação de ambas, conforme argumenta Mészáros (2002).

2. ESTADO MODERNO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Nossa reflexão pautar-se-á por alguns clássicos do pensamento crítico, como Mészáros, Marx e Engels, donde se pretende extrair a concepção de Estado que guiará esta comunicação. Utilizaremos também alguns autores brasileiros que se dedicam ao tema em suas reflexões.

Tratar sobre o papel do Estado, particularmente do Estado moderno, que surge com o capitalismo enquanto “forma da *estrutura totalizadora de comando político do capital*” (MÉSZÁROS, 2002, p. 106), em face do seu controle metabólico, é de fundamental importância para a adequada compreensão das políticas públicas de combate à pobreza adotadas por ele, no sentido de minimizar as desigualdades sociais e a pobreza extrema daí derivada.

Segundo esse autor, a formação do Estado moderno é uma “exigência absoluta” não só para assegurar, mas também para proteger o sistema de produção ampliada do capital. Sua função é 1) corrigir a falta de unidade entre a *produção* e seu *controle*, salvaguarda necessária ao domínio da força de trabalho pelo capital, relação que aparece fetichizada como uma relação “entre iguais”, alienando dos produtores o controle sobre a produção; 2) corrigir a ruptura entre *produção* e o *consumo*, haja vista a expansão incontrolável do capital nos últimos séculos não responder apenas às necessidades reais, mas também a “apetites imaginários ou artificiais”, donde a crença de que “o céu é o limite”.

Para Mészáros, “não há nenhum limite a não ser a quebra do motor que continua a gerá-los em escala cada vez maior e cada vez mais destrutiva – pelo modo de existência independente e pelo poder do consumo autoafirmativo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 109). Daí a necessidade ideológica de produzir racionalizações que mostrem coesão e unidade, como se a ordem estabelecida fosse “saudável e racionalmente administrável”. Com isso a tese hobbesiana da “guerra de todos contra todos” é vista como “*competição saudável*” e

universalmente benéfica” (idem, p. 109). Sem esquecer sua função corretiva, o Estado moderno tem um “papel totalizador”:

Ele deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica viável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo. (MÉSZÁROS, 2002, p. 110).

Mesmo reconhecendo a importância da ação corretiva do Estado, ele não pode produzir uma “*unidade genuína*” na sua intervenção totalizadora e corretiva porque “a separação e a oposição de produção e consumo” são determinadas internamente pelo sistema do capital, não cabendo ao Estado nenhuma ação nesse campo. Sua função é contribuir para as necessidades de expansão e acumulação do capital, ao invés de tornar-se para ele um peso morto.

O terceiro e último foco (3) das preocupações do referido autor volta-se à busca de alguma unidade entre *produção e circulação*. Sobre isso ele argumenta que “o papel ativo do Estado moderno é igualmente grande, senão maior”, por causa das insolúveis contradições historicamente emergentes das “estruturas corretiva global e de comando político do sistema do capital” (idem, p. 111). Essas estruturas “se articulam como *Estados nacionais*”, embora, como diz o autor, o sistema do capital não “se confine a esses limites”, antes apresente implicações de longo alcance.

No presente contexto, deve-se enfatizar que a única forma pela qual o Estado pode tentar resolver essa contradição é com a instituição de um sistema de “duplo padrão”: em casa (ou seja, nos países “metropolitanos” ou “centrais” do sistema do capital global), um padrão de vida bem mais elevado para a classe trabalhadora – associado à democracia liberal – e, na “periferia subdesenvolvida”, um governo maximizador da exploração, implacavelmente autoritário (e, sempre que preciso, abertamente ditatorial), exercido diretamente ou por procuração. (MÉSZÁROS, 2002, p. 111).

Para Mézszáros, a tendência à globalização, que alguns pensam ser um fenômeno mais recente, é imanente à reprodução do capital desde o início, e seu desenvolvimento remete a um sistema internacional de dominação e subordinação², conforme assinala acima. Trata-se de uma lógica de dominação do mais forte sobre o mais fraco, que corresponde a uma “hierarquia de Estados nacionais mais, ou menos, poderosos que gozem – ou padeçam – da posição a eles atribuída pela relação de forças em vigor (mas de vez em quando, é

2 Para o autor em referência, “O sistema do capital é essencialmente antagonico devido à estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, o qual usurpa totalmente – e deve sempre usurpar – o poder de tomar decisões” (MÉSZÁROS, I. 2000, p. 11). Trata-se de um antagonismo estrutural que abarca a totalidade das relações e estruturas reprodutivas. Essa condição estrutural do antagonismo fornece o combustível necessário para o sistema do capital tornar-se “*irreformável e incontrolável*”.

inevitável, violentamente contestada) na ordem de poder do capital global” (MÉSZÁROS, 2002, p. 111). Enfatiza também que esse “duplo padrão” não constitui aspecto permanente na ordem global do capital. Seu tempo histórico depende da margem de lucro proporcionada pela expansão e acumulação do capital, num ambiente que “permita um índice de exploração relativamente favorável da força de trabalho nos países ‘metropolitanos’, em relação à força de trabalho no resto do mundo” (MÉSZÁROS, 2002, p. 111).

Mészáros concebe o Estado como estrutura de comando político do capital, daí por que considera equivocada a concepção que o enxerga como uma superestrutura. Neste sentido, o Estado é parte da própria estrutura do capital; reduzi-lo ao *status* de superestrutura retiraria sua função totalizadora, absolutamente necessária ao sistema.

Ou melhor, o Estado em si, como estrutura de comando abrangente, tem sua própria *superestrutura* — a que Marx se referiu apropriadamente como “superestrutura legal e política”³ — exatamente como as estruturas reprodutivas materiais diretas têm suas próprias dimensões superestruturais. (MÉSZÁROS, 2002, p. 119, grifo na obra).

Estado e capital são inseparáveis. Se, por um lado, o Estado não é autônomo em relação ao sistema do capital, também não é redutível às suas determinações econômicas, conforme o marxismo vulgar sempre defendeu. O que há é uma codeterminação sobre “as funções econômicas diretas, limitando ou ampliando a viabilidade de algumas contra outras” (MÉSZÁROS, 2002, p. 119).

Neste sentido,

[...] considerar as unidades reprodutivas econômicas diretas do sistema do capital como “base material” sobre a qual se erige a “superestrutura do Estado” é uma simplificação autocontraditória que leva à hipóstase de um grupo de poderosos “capitães da indústria” — expressões mecânicas grosseiramente determinadas da base material — como verdadeiros controladores da ordem estabelecida. Pior ainda, essa concepção não é apenas mecânica e reducionista, ela também não consegue explicar como uma “superestrutura” totalizadora e produtora de coesão poderia surgir de uma “base econômica” da qual está completamente ausente. (MÉSZÁROS, 2002, p. 120-121).

Para o autor, não se trata simplesmente de meras discussões acadêmicas, porquanto são questões que vão muito além dos muros da academia, expressando-se na vida social mais ampla. O tratamento mecânico entre a “base material do capital” e sua “superestrutura legal e política” tem sido traduzido, “nas condições das sociedades pós-revolucionárias, como seu reverso autoilusório, segundo o qual o controle político voluntarista da ordem pós-capitalista, depois da transferência da propriedade para o ‘Estado

3 Segundo o mesmo autor, “A questão da ‘superestrutura legal e política’ de que Marx fala só se torna inteligível em termos da espessa materialidade e necessária articulação do Estado moderno como estrutura de comando fundamental e *sui generis*” (MÉSZÁROS, 2000, p. 120, grifo na obra).

socialista', representa a superação da base material do capital" (MÉSZÁROS, 2002, p. 121).

Não há dúvidas de que o Estado moderno é parte constitutiva do sistema do capital, dando corpo à "necessária dimensão coesiva de seu imperativo estrutural orientado para a expansão e para a extração do trabalho excedente" (MÉSZÁROS, 2002, p. 121). O que está em jogo é a garantia e a proteção das condições gerais que permitam extrair o máximo possível de mais-valia do trabalho excedente. Essa é a lógica (perversa) que acompanha o princípio estruturador do Estado moderno. Por isso mesmo ele é vital para manter sob controle os antagonismos gerados pelos processos socioeconômicos e políticos com vistas ao adequado funcionamento do sistema do capital.

Isso não deve nos conduzir, contudo, ao equívoco de considerar que há uma identidade entre o Estado e a estrutura de comando do sistema do capital. "O capital é um modo de controle sociometabólico historicamente específico, cuja estrutura de comando deve ser adequada em todas as esferas e em todos os níveis, por não poder tolerar absolutamente nada acima de si" (MÉSZÁROS, 2002, p. 124). Uma das principais razões pelas quais o sistema soviético desmoronou, diz Mézszáros, foi justamente "a *estrutura de comando político de sua formação de Estado ter ultrapassado em muito seus limites*" (MÉSZÁROS, 2002, p. 124, grifos na obra).

Ao buscar ajustar suas funções reguladoras, o Estado moderno tenta prover algumas necessidades reais da sociedade – desde que em consonância com o processo de reprodução socioeconômico – no campo da educação, da saúde, da habitação, da previdência e da assistência social. Além dessas necessidades reais, ele busca também a satisfação de "apetites em sua maioria artificiais", como é o caso de sempre alimentar a máquina burocrática, o complexo industrial-militar, sem dúvida, imensamente perdulário, mas benéfico ao capital, conforme reconhece Mézszáros (2002), visando atenuar as contradições que surgem daquela fragmentação entre produção e consumo, no sentido de proteger o sistema de produção ampliada do capital.

Portanto, o Estado não é, sob qualquer pretexto, um poder acima das classes, um poder, como diz Engels (2012, p. 213), "que se impôs à sociedade de fora para dentro", senão um produto da sociedade a partir de um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas, cujas consequências originam antagonismos irreconciliáveis entre classes com interesses econômicos colidentes. Daí a necessidade de um poder que aparenta existir acima da sociedade, capaz de manter a ordem social. Este poder, sabemos, é o Estado, absolutamente desconhecido pela sociedade da gens.

Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e

como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e a exploração da classe oprimida. (ENGELS, F. 2012, p. 215-216).

Em que medida o Estado se relaciona com as desigualdades sociais e com as políticas de combate à pobreza por ele implementadas? É o que veremos a seguir em relação especificamente ao caso brasileiro.

3. DESIGUALDADES SOCIAIS E POLÍTICAS DE COMBATE À POBREZA NO BRASIL

As desigualdades sociais e as políticas neoliberais implementadas pelo Estado no combate à pobreza no Brasil são de amplo conhecimento não somente na academia, mas de diversos outros espaços de reprodução da sociabilidade capitalista. Realidade que se agrava com a crise estrutural do capital⁴ desde a década de 1970.

Qual seria o papel do Estado em face das nefastas consequências da “incontrolabilidade do capital” e de sua crise estrutural? Qual o custo social para as políticas de combate à pobreza? Segundo Boschetti (2010), um aspecto importante, defendido pelo governo brasileiro em 2009 e pelos investidores, remete ao controle da dívida pública. Esse é um dos “antídotos da crise” que a autora apresenta. Afirma que “mesmo antes da irrupção da crise, o pagamento dos encargos e juros da dívida pública já provocava uma sangria no orçamento que deveria ser investido nas políticas sociais” (BOSCHETTI, 2010, p. 75). Medida macroeconômica que requer, segundo a mesma autora, “outro ‘antídoto’ governamental contra a crise: a geração de elevado superávit, estabelecido em acordos assinados com o Fundo Monetário Internacional” (BOSCHETTI, 2010, p. 75).

O governo brasileiro vem gerando superávits primários em percentuais do PIB acima dos estabelecidos nos próprios acordos, com base em recursos extraídos do orçamento da seguridade social, por meio da Desvinculação das Receitas da União (DRU). Em 2007, 65% do superávit primário foi gerado com recursos extraídos do orçamento da seguridade social. no período de 2000 a 2007, foram extraídos aproximadamente U\$ 100 bilhões de dólares (R\$ 205,2 bilhões) do orçamento da seguridade social. Esse montante equivale a cinco vezes o orçamento anual da saúde e quase dez vezes o orçamento da assistência social (Salvador, 2008). Em 2009, a DRU extirpou da seguridade social o correspondente a R\$ 39,2 bilhões. (Salvador, 2010). (BOSCHETTI, 2010, p. 75).

4 A crise que o mundo capitalista vivencia desde meados da década de 1970 é uma crise estrutural nos termos adotados por Mészáros. Uma crise do *sistema do capital* sem precedentes na história, ela “afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira como o metabolismo social é controlado” (MÉSZÁROS, 2000, p. 7).

Assim, os recursos das políticas sociais são desvirtuados para sustentar a política econômica neoliberal adotada pelo Estado brasileiro. Os dois “antídotos” do Brasil contra a crise, apontados por Boschetti (2010, p. 77), “aumentam o fosso entre ricos e pobres e agravam a concentração de renda, pois favorecem a manutenção e a ampliação de lucro para o setor financeiro e provocam contenção dos recursos destinados às políticas sociais, em especial à seguridade social”.

Sobre a intervenção estatal nas políticas de combate à pobreza, pode-se afirmar que muitos são os dados que demarcam certa involução na intervenção do Estado no problema da pobreza, a partir do período Temer. Com um baixo crescimento da economia brasileira tem-se um período de recessão que determina, em larga medida, uma intervenção muito tímida do Estado nas políticas voltadas à pobreza. A Folha de São Paulo de 2/9/2018⁵ menciona um conjunto de informações que ilustram esse cenário, conforme exposto por Érica Fraga e reproduzido aqui com a matéria “Governo Temer termina marcado pelo pior ciclo de crescimento em cem anos”. O referido jornal mostra, com base em análises de economistas, que entre 2011 e 2020 a expansão do país foi inferior a 1%, abaixo, inclusive, da chamada década perdida.

Em relação especificamente ao governo Temer, este “termina marcado por um inédito ciclo de baixo crescimento”, que já vem se arrastando desde 2011 e só piora a partir de 2016, o que faz com que economistas afirmem que “o Brasil vive neste momento o seu pior desempenho econômico em uma década desde, pelo menos, o início do século passado”. Se esse resultado se concretizar até 2020, o economista Fernando Monteiro mostra, com base no Produto Interno Bruto, que teremos concretizada uma estagnação da renda *per capita* na década em referência. Monteiro baseia-se em dados do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) até 2017, e em projeções do Banco Central para 2018, 2019 e 2020.

“Estamos vivendo um fato inédito na história brasileira, uma catástrofe econômica”, afirma o professor de economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, David Kupfer, segundo relata a mesma edição de A Folha de São Paulo. Kupfer defende, em contraposição a Monteiro, que a ênfase no curto prazo não deve ser o controle dos gastos públicos, mas que o governo deve aumentar os investimentos em infraestrutura. E anota: “A política de austeridade dos últimos anos se mostrou incapaz de estimular a economia.

⁵Informação encontrada em: <http://www.folha.com.br> - Acessada em 10/9/2018.

Apesar disso, criou-se um falso dilema no país de que todo o gasto público é ruim”.

Já se previa no final do governo Temer que seria necessária uma vigorosa expansão média nos anos de 2019 e 2020 em torno de 6%, para que a década 2011/2020 pudesse ter um desempenho ligeiramente superior ao da chamada década perdida, o que parecia, já naquele momento, “quase impossível”. Para muitos especialistas, “sem retorno da confiança e dos investimentos, será difícil levar o país ao crescimento”. Ainda conforme a mesma matéria, segundo Leonardo Mello de Carvalho, pesquisador do Ipea, a falta de investimentos tem acentuado “o mal crônico da nossa baixa produtividade”.

O artigo “Os impactos das reformas do governo Temer”, publicado nos anais do II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais”, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina no período de 23 a 25 de outubro de 2017, traz algumas reflexões importantes para avaliar as políticas sociais no período Temer. O objetivo das autoras é “analisar as inflexões do governo Temer para as Políticas Sociais diante do desmonte dos direitos sociais e trabalhistas” (CONSERVA, Marinalva de Souza et al, p. 1). Nesse artigo, refletem sobre o capitalismo, o papel do Estado na regulamentação e implementação das políticas sociais e o papel das classes sociais. Pelas medidas de desmonte das políticas sociais, as autoras vislumbram um futuro de incertezas que, na verdade, vai se constatar durante o período Temer, atualmente intensificado no governo do presidente Bolsonaro.

Com Temer na Presidência da República a partir de 31 de agosto de 2016, há uma inflexão que se expressa inicialmente com a extinção dos Ministérios das Mulheres, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e da Cultura, o que demonstra certo encolhimento nas formulações das políticas sociais nessas áreas e das possibilidades de expressões culturais e artísticas legitimadoras da identidade nacional, conforme reconhecem as autoras. O governo Temer extinguiu também o Ministério do Desenvolvimento Agrário e “facilitou a ‘PEC 241/2016, ‘que cortou os gastos sociais (saúde, educação e assistência social) por vinte anos sem a mínima negociação junto à classe trabalhadora, mostrando seu caráter antidemocrático” (idem, p. 6).

Segundo BRAZ (2017, nota 3, p. 12), “o Ipea produziu recentemente boas análises que projetam para 2036 as consequências desastrosas que a PEC 241⁶ trará”. Os pesquisadores do Ipea estimaram que a perda de receitas na área da Saúde pode chegar

6 PEC que congelou por vinte anos os investimentos com saúde, educação e assistência social.

em R\$ 1 trilhão até 2036, dependendo das variações do PIB. Na Assistência Social, casos do programa Bolsa Família e do BPC, poderá ocorrer uma redução de aproximadamente R\$ 868 bilhões em duas décadas, uma perda de cerca de 50%.

Numa abordagem que se estende de 2007 a 2012, Coggiola (2012) expõe, com um vasto conjunto de dados da realidade latino-americana, índices alarmantes de desemprego que, no primeiro trimestre de 2009, atingiu 1 milhão, chegando a 4 milhões no final desse mesmo ano. Em vez de se superar a desigualdade social, a expansão econômica mundial significou também a mundialização da pobreza apontada pelo Banco Mundial em relatório de 1990, ao afirmar que “1 bilhão de pessoas viviam na pobreza naquele ano” (ROCHA, 2005, p. 10).

Sabe-se que a preocupação com o pauperismo por parte dos organismos internacionais não se traduziu em melhoria das condições de vida de amplas camadas populacionais mais afetadas pela crise. O desemprego estrutural demonstra claramente uma piora em termos de suprir as necessidades mais elementares de reprodução da vida. Mézáros argumenta que “a intervenção do FMI, organização dos Estados Unidos que dita ordens pretendendo melhorar as condições econômicas dos países ‘em desenvolvimento’ mais afetados pela crise tem, na verdade, piorado as condições dos desempregados” (2006, p. 30).

Conforme dados da PNAD⁷ contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), o quadro de desempregados no Brasil no primeiro trimestre de 2020, sob a presidência de Jair Messias Bolsonaro, é de 12,850 milhões de pessoas. A taxa de desemprego no país subiu para 12,2% no primeiro trimestre comparada ao último trimestre de 2019. Certamente o coronavírus tem um peso sobre esse resultado, o que ainda não foi possível de ser revelado pelo IBGE, mas é fato que milhões de pessoas se encontram na fila por um emprego. Esse quadro dramático vivido por inúmeras famílias brasileiras escancara ainda mais as desigualdades sociais decorrentes de um modo de ser da sociabilidade capitalista, regida por determinações econômicas e políticas de insaciável acumulação e concentração de capital na busca por incessantes lucros.

Esses dados da realidade brasileira nos fazem concordar com a tese de que com a acumulação de capital gerada a partir da mudança de sua composição orgânica, a população trabalhadora produz, segundo Marx (1988, p. 191), “em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa”. Para ele, “essa é uma lei populacional peculiar ao modo de produção capitalista” (idem, p. 191), no qual “o acréscimo do capital variável

7 www.ibge.gov.br - Acessado em 28/5/2020.

torna-se então índice de mais trabalho, mas não de mais trabalhadores” (idem, p. 194). Constata-se aqui uma maior exploração do trabalho, tanto extensiva quanto intensiva, em que o capitalista põe em ação mais trabalho com o mesmo dispêndio de capital variável. Conforme Pimentel (2007) já havia percebido, encontram-se na Lei Geral da Acumulação Capitalista os nexos causais do pauperismo. Antes mesmo de discorrer sobre essa lei, no capítulo sobre Maquinaria e Grande Indústria, Marx assegura:

As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas de sua utilização capitalista! Já que, portanto, considerada em si, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da Natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da Natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperiza etc. (MARX, 1988, p. 54-55).

Observa-se que sob a regência do capital, a máquina concorre com o próprio trabalhador que, ao invés de dominar os meios de trabalho, é dominado por eles. Tem-se um processo de autovalorização do capital que destrói as condições de existência do trabalhador. Sabe-se que o trabalhador vende sua força de trabalho como uma mercadoria. Com o surgimento da máquina impõe-se uma divisão do trabalho na qual aquela “habilidade inteiramente particularizada de manejar uma ferramenta parcial” desaparece, extinguindo-se com isso o valor de troca da força de trabalho.

Como diz Marx, “o trabalhador torna-se invendável, como papel-moeda posto fora de circulação” (idem, p. 46).

A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, isto é, não mais imediatamente necessária para a autovalorização do capital, sucumbe, por um lado, na luta desigual da velha empresa artesanal e manufatureira contra a mecanizada, e inunda, por outro lado, todos os ramos mais acessíveis da indústria, abarrota o mercado de trabalho e reduz, por isso, o preço da força de trabalho abaixo de seu valor. (MARX, 1988, p. 46).

Percebe-se quão destruidora é a utilização capitalista da maquinaria para os trabalhadores pauperizados, o que nos permite indagar: se é verdade que os homens fazem sua própria história, como é possível que se deixem dominar pelos meios de produção que eles próprios criaram? Não seria o caso de dominá-los? A resposta a essa indagação implica desvendar o sistema de causalidades que subjaz às alienações, que faz com que a produção da riqueza corresponda à produção de miséria. O grau de desumanidade que vem sendo secularmente produzido em relação aos verdadeiros produtores da riqueza material é visto a olho nu.

4. CONCLUSÃO

A história tem demonstrado que a ação do Estado em face das políticas de combate

à pobreza promove tão somente melhorias pontuais – quando não pelo próprio Estado, por organizações sociais que apelam para a solidariedade da sociedade. Não obstante seja o Brasil um dos maiores produtores mundiais de alimentos, parte significativa da população brasileira não tem o suficiente para a sua nutrição.

O desmonte das políticas de assistência social tem vitimado a população mais pobre, que vivencia uma situação dramática. É visível o agravamento das políticas sociais de combate à pobreza, o que confirma uma tendência observada por Netto⁸ em 2012: “à hipertrofia da dimensão/ação repressiva do Estado burguês conjuga-se outra dimensão, coesiva e legitimadora: o *novo assistencialismo*, a *nova filantropia* que satura as várias iniciativas”, não somente estatais, conforme observa o autor, mas também privadas e estatal/privadas, como é o caso das conhecidas parcerias público-privadas “que configuram as políticas sociais implementadas desde os anos 1980-90 para enfrentar o quadro da pauperização contemporânea, isto é, da ‘questão social’, ‘velha’ e/ou ‘nova’” (NETTO, 2012, p. 428, grifos no texto).

Mesmo com todas as divergências presentes na luta pelo poder, encontramos nas diversas frações burguesas “uma *unidade de ação* entre elas” (NETTO, 2012, p. 426) facilmente identificada no conhecido documento “Uma ponte para o futuro”, lançado pelo PMDB antes mesmo do *impeachment* de Dilma Rousseff, no qual um dos objetivos seria devolver ao Estado a capacidade de implementar políticas sociais que combatam efetivamente a pobreza. Objetivo impossível de ser materializado. Aliás, tem total razão Marcelo Braz (2017) quando diz que não se trata de “uma ponte para o futuro”, mas de “uma ponte para a barbárie”, que vem se materializando com o governo Temer, cuja continuidade é clara no governo Bolsonaro.

Tudo isso demonstra que as funções reguladoras do Estado devem estar em sintonia com a dinâmica do processo de reprodução socioeconômico, numa atitude de complementaridade política que visa reforçar a dominação do capital sobre o trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSCHETTI, Ivanete. *Os custos da crise para a política social* in: **Capitalismo em crise: Política Social e Direitos**, Ivanete Boschetti [et all] (orgs.). São Paulo: Cortez, 2010.

BRAZ, Marcelo. *O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário* in: **Serviço Social e Sociedade**, abril/2017, nº 128, São Paulo: Cortez (versão

8 Palestra proferida no 5º Seminário Anual de Serviço Social: crise do capital, particularidades da questão social no Brasil e a organização dos trabalhadores em seu estágio atual (São Paulo, maio de 2012), publicada na Revista Serviço Social e Sociedade, nº 111, jul./set. 2012, São Paulo: Cortez, 2012.

on-line).

CONSERVA, Marinalva de Souza et all, *Os impactos das reformas do governo Temer*, Anais do **II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais**, Universidade Federal de Santa Catarina, outubro de 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**, trad. de Leandro Konder, 3. ed., São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**, trad. de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, 3. ed., São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MÉSZÁROS, ISTVÁN. *A crise estrutural do capital*, in: **Revista Outubro**, nº 4, São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2000.

_____. **Para além do capital**, trad. de Paulo Sérgio Castanheira e Sérgio Lessa, São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda*, in: **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**, trad. de Claudete Pagotto, São Paulo: Boitempo, 2006.

NETTO, José Paulo. *Crise do capital, particularidades da questão social no Brasil e a organização dos trabalhadores em seu estágio atual*, **Serviço Social e Sociedade**, nº 111, jul./set. 2012, São Paulo: Cortez, 2012.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro, FGV, 2005.

www.ibge.gov.br - Acessado em 28/5/2020.